

RESUMO

A investigação tratou das controvérsias em torno da opoterapia, terapêutica recomendada ao tratamento endocrinológico de pessoas homossexuais. Neste trabalho analisamos as prisões de 195 homossexuais, detidos, por volta de 1930, nas dependências do Laboratório de Antropologia Criminal, anexo ao Instituto de Identificação da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Tais presos, identificados como “pederastas passivos” foram colocados à disposição do médico legista Dr. Leonídio Ribeiro (1893-1976), então Diretor do Instituto, entre 1931 e 1946. Para a exploração do tema, abordamos as técnicas de identificação disponíveis, entre fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, bem como procuramos entender a utilização de saberes biomédicos que subsidiaram diferentes mutações do olhar médico em relação aos corpos, conformando-os sob a perspectiva de teses biodeterministas, como a biotipologia, então em voga. Além destes, a obra de Leonídio – *Homossexualismo e Endocrinologia* (1938) – foi analisada numa perspectiva crítica, mormente quando colocada em contato com as querelas endereçadas à prática da opoterapia e da eugenia, acompanhando as principais diretrizes teóricas que alimentaram o debate em torno dos usos da endocrinologia para fins criminológicos. Através da busca de embates teóricos, nessas condições históricas, acompanhamos o fluxo das idéias do professor Thales Martins (1876-1979), no rol das discussões dos usos da opoterapia, por meio de seu tratado *Glândulas Sexuais e Hipófise Anterior* (1936) e artigos publicados nos *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia* (1951), com fins de expor argumentos em conflito com os simpatizantes da endocriminologia.